



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Deputado Agaciel Maia

L I D O
Em, 28/02/12
Assessoria de Plenário
Ass. 12079

IND 4447 /2012
INDICAÇÃO Nº
(Do Deputado AGACIEL MAIA)

Sugere ao Poder Executivo do Distrito Federal,
a inclusão das nascentes situadas nas
entrequadras SQN 212/213 norte na poligonal
do Parque Ecológico Olhos D'água, Região
Administrativa de Brasília – RA I.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, nos termos do art. 143, de seu Regimento Interno, sugere ao Poder Executivo do Distrito Federal, a inclusão das nascentes situadas nas entrequadras SQN 212/213 norte na poligonal do Parque Ecológico Olhos D'água, Região Administrativa de Brasília – RA I.

J U S T I F I C A Ç Ã O

PROTOCOLO LEGISLATIVO	
IND N° 4447 /2012	
Fls. N° 01-4	

A sociedade do Distrito Federal solicita ao Governador do Distrito Federal, Agnaldo Queiroz, no âmbito do Projeto Brasília Cidade Parque (Decreto n. 32. 981, de 10/06/2011), a inclusão das nascentes situadas nas entrequadras SQN 212/213 norte na poligonal do Parque Ecológico Olhos D'água.

O Parque foi criado em 1994 por reivindicação dos moradores locais e das organizações não governamentais ambientalistas e, por um lamentável equívoco, as nascentes que se encontram à montante não foram incluídas na poligonal. As nascentes e demais áreas de preservação permanente são expressamente protegidas pelo Código Florestal, (Lei 4.771, de 15/09/1965), art. 2º, "a", "b" e "c" mas, com a especulação imobiliária crescente no DF boa parte já foi destruída ou poluída.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Deputado Agaciel Maia

Assinatura de Agaciel Maia

Apesar dos termos claros da legislação ambiental (federal e distrital) a Terracap (Companhia Imobiliária de Brasília) licitou a área verde onde estão situadas as nascentes e áreas de preservação permanente. A empresa que adquiriu o terreno pretende construir um shopping no local, em flagrante violação à legislação ambiental e ao Projeto Urbanístico de Brasília. A empresa já requereu a licença ambiental junto ao Ibram (órgão ambiental) e o mesmo emitiu parecer técnico "contrário" ao empreendimento.

Se o GDF autorizar o empreendimento e a área for desmatada e aterrada, haverá impactos graves sobre as nascentes e todo o seu curso d'água, contribuintes da Bacia Hidrográfica do Lago Paranoá. Além disso, será dificultado o escoamento da grande quantidade de água de chuva que converge para o local.

Com a apresentação desta justificação e pelos fundamentos jurídicos desta sugestão, mas sobretudo pelo seu conteúdo social, espero o apoio dos ilustres pares para aprovação desta Indicação

Sala das Sessões, de janeiro de 2012.



Agaciel Maia
Deputado Distrital AGACIEL MAIA

Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças